

DE ACORDO COM O EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026



APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS

AGENTE EDUCATIVO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia/GO
- ▶ Conhecimentos na Área de Atuação



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA
DE GOIÂNIA - GOIÁS

AGENTE EDUCATIVO

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

CÓD: OP-001OT-26
7901204403723

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados	7
2. Compreensão e interpretação de textos	7
3. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica	8
4. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	9
5. Mecanismos de coesão e coerência	17
6. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	18
7. Tipos de argumento	18
8. Classificação gramatical	19
9. Gramática normativa	26
10. Processo de formação de palavras.....	27
11. Fenômenos gramaticais básicos: Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	28
12. Concordância	32
13. Regência verbal e nominal	34
14. Pontuação	35
15. Acentuação	36
16. Ortografia oficial	38

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico, dedução, estruturas lógicas, argumentação, análise de proposições verdadeiras e falsas e diagramas lógicos; lógica proposicional: proposições, conectivos lógicos, tabelas-verdade, equivalências lógicas simples e negação de proposições	45
2. Sequências e padrões: sequências lógicas e numéricas, progressões aritméticas simples e identificação de padrões lógicos e numéricos	57
3. Proporcionalidade e relações entre grandezas diretamente e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta	62
4. Porcentagem: aumentos, descontos e variações percentuais	64
5. Matemática financeira básica: juros simples, cálculo de capital, taxa, tempo e montante	66
6. Análise de dados: leitura e interpretação de tabelas, gráficos (barras, colunas e setores) e média aritmética simples	68

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia-GO

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos.....	77
2. Emergências de saúde, surtos e epidemias	80
3. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais.....	84
4. Arte, cultura e patrimônio na região centro-oeste brasileira	87
5. Formação histórico-territorial de Goiás e aparecida de Goiânia/GO	91

ÍNDICE

6. Política, economia e sociedade em Goiás: da colônia à república.....	94
7. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás	97
8. Aspectos físicos do território Goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo	100
9. Natureza, cultura e turismo em Goiás	103
10. Aspectos histórico-geográficos de Aparecida de Goiânia/GO	107

Conhecimentos na Área de Atuação

1. Ética no serviço público e sigilo das informações escolares	117
2. Princípios da Administração Pública aplicados à gestão escolar.....	118
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996: Título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional; Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar; Título V, Capítulo II, Seção II - Da Educação Infantil) ...	122
4. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) aplicado ao contexto escolar.....	124
5. Fases do desenvolvimento infantil (físico, cognitivo e psicossocial)	166
6. Rotinas na educação infantil e anos iniciais: acolhimento, alimentação, higiene pessoal, repouso e momento lúdico.....	173
7. O papel do agente educativo na promoção da autonomia e socialização dos alunos.....	177
8. Noções básicas de primeiros socorros para situações comuns (engasgos, quedas, cortes, sangramentos e convulsões); prevenção de acidentes e organização segura dos espaços de convivência escolar	179
9. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146/2015: Livro I, Título II, Capítulo IV – Do Direito à Educação; o papel do agente educativo na inclusão de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH)	201
10. Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia-GO (Seção Única do Título VIII - Dos Servidores Públicos e Seção III do Capítulo I do Título VII - Da Educação).....	202

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.

TEXTO INJUNTIVO

Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

AMOSTRA

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► **Compreensão de Textos**

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► **Interpretação de Textos**

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: ESTILÍSTICA, SOCIOCULTURAL, GEOGRÁFICA, HISTÓRICA

A variação linguística é um fenômeno natural que reflete as diversas formas como a língua é utilizada por diferentes grupos sociais, regiões e contextos. Essa variação abrange diferenças que ocorrem no vocabulário, na pronúncia, na estrutura gramatical e nos usos da língua em diferentes situações. A variação linguística permite compreender que a língua não é homogênea, mas dinâmica e diversificada. Esse entendimento não apenas amplia a competência comunicativa, mas também combate preconceitos linguísticos, que muitas vezes surgem da ideia de que apenas uma forma de falar, geralmente associada à norma-padrão, é válida, embora ela constitua apenas uma das variedades linguísticas existentes. O preconceito linguístico não tem base científica, pois todas as variedades da língua são estruturadas e funcionais em seus contextos de uso, estando sua valorização ou estigmatização associada a fatores sociais e culturais.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO RACIOCÍNIO LÓGICO, DEDUÇÃO, ESTRUTURAS LÓGICAS, ARGUMENTAÇÃO, ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES VERDADEIRAS E FALSAS E DIAGRAMAS LÓGICOS; LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS LÓGICOS, TABELAS-VERDADE, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS SIMPLES E NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos às proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

▪ **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frases imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

▪ **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

▪ **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

▪ **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

Atenção: todas as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples**.

Exemplos:

▪ **1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:**

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) “A frase dentro destas aspas é uma mentira”, não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão $x + y$ é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

AMOSTRA

Conectivos (conectores lógicos)

Para compor novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Tabela verdade															
Negação	~	Não p	<table><tr><td>p</td><td>~p</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p ^ q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p v q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	∨	Ou p ou q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p ∨ q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p ∨ q	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p ∨ q																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	→	Se p então q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p → q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	q	p → q	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	p → q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	↔	p se e somente se q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p ↔ q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	q	p ↔ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	p ↔ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Exemplo:

▪ 2. (PC/SP - Delegado de Polícia - VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

(A) $\sim p$, $p \vee q$, $p \boxtimes q$

(B) $p \boxtimes q$, $\sim p$, $p \rightarrow q$

(C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\sim p$

(D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\sim q$

(E) $p \vee q$, $\sim q$, $p \vee q$

Resolução:

A conjunção é um tipo de proposição composta e apresenta o conectivo “e”, e é representada pelo símbolo $\wedge$. A negação é representada pelo símbolo $\sim$ ou cantoneira ($\neg$) e pode negar uma proposição simples (por exemplo: $\sim p$) ou composta. Já a implicação é uma proposição composta do tipo condicional (Se, então) é representada pelo símbolo ($\rightarrow$).

Resposta: B.

Tabela Verdade

Quando trabalhamos com as proposições compostas, determinamos o seu valor lógico partindo das proposições simples que a compõem. O valor lógico de qualquer proposição composta depende UNICAMENTE dos valores lógicos das proposições simples componentes, ficando por eles UNIVOCAMENTE determinados.

▪ **Número de linhas de uma Tabela Verdade:** depende do número de proposições simples que a integram, sendo dado pelo seguinte teorema:

“A tabela verdade de uma proposição composta com n^* proposições simples componentes contém 2^n linhas.”

Exemplo:

▪ 3. (CESPE/UNB) Se “A”, “B”, “C” e “D” forem proposições simples e distintas, então o número de linhas da tabela-verdade da proposição $(A \rightarrow B) \leftrightarrow (C \rightarrow D)$ será igual a:

(A) 2;

(B) 4;

(C) 8;

(D) 16;

(E) 32.

Resolução:

Veja que podemos aplicar a mesma linha do raciocínio acima, então teremos:

Número de linhas = 2

= 2 = 16 linhas.

Resposta: D.

Conceitos de Tautologia, Contradição e Contingência

▪ **Tautologia:** possui todos os valores lógicos, da tabela verdade (última coluna), V (verdades).

Princípio da substituição: Seja P (p, q, r, ...) é uma tautologia, então P (P_0 ; Q_0 ; R_0 ; ...) também é uma tautologia, quaisquer que sejam as proposições P_0 , Q_0 , R_0 , ...

AMOSTRA

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

CONFLITOS SOCIAIS, POBREZA, FOME E DIREITOS HUMANOS

FUNDAMENTOS DOS CONFLITOS SOCIAIS E DA POBREZA

► Conflito social como categoria analítica

Um conflito social surge sempre que grupos distintos disputam acesso a recursos escassos, reconhecimento simbólico ou posições de poder dentro de uma estrutura compartilhada. Diferentemente de uma simples divergência de opinião, o conflito social pressupõe a existência de interesses materiais ou simbólicos contrapostos, sustentados por grupos organizados ou minimamente identificáveis enquanto coletividade. A disputa pela terra, a tensão entre populações urbanas e o poder público em torno de remoções, os embates por moradia digna e os confrontos entre trabalhadores informais e órgãos de fiscalização municipal são exemplos de situações em que a oposição de interesses se manifesta de forma concreta e recorrente no espaço urbano e rural brasileiro.

Tipologia dos conflitos

Os conflitos sociais podem ser classificados segundo diferentes critérios. Quanto à natureza do objeto disputado, distinguem-se conflitos distributivos, centrados na partilha de bens materiais como renda, terra ou moradia, e conflitos de reconhecimento, voltados à afirmação de identidades culturais, étnicas ou de gênero historicamente desvalorizadas. Quanto à escala, há conflitos localizados, restritos a um bairro ou comunidade específica, e conflitos estruturais, que atravessam regiões inteiras e refletem desigualdades herdadas de processos históricos de ocupação territorial. Quanto à forma de expressão, alguns conflitos permanecem latentes, sem manifestação pública organizada, enquanto outros se tornam manifestos por meio de mobilizações, ocupações ou demandas judiciais.

► Pobreza: conceitos e formas de mensuração

A pobreza não se reduz à ausência de renda monetária suficiente, embora essa dimensão continue central para boa parte das políticas públicas. A abordagem da pobreza absoluta define uma linha mínima de renda ou de consumo abaixo da qual uma pessoa é considerada incapaz de satisfazer necessidades básicas de alimentação, moradia e vestuário. Já a pobreza relativa compara a situação de um indivíduo ou família à distribuição de renda da sociedade em que vive, considerando pobre quem se encontra significativamente abaixo da média ou da mediana de bem-estar do seu entorno social. Uma terceira abordagem, consolidada nas últimas décadas, é a da pobreza multidimensional, que reconhece que privações em saúde, educação, saneamento básico e acesso a serviços públicos podem coexistir ou não com a insuficiência de renda, exigindo instrumentos de medição mais amplos do que o simples cálculo de rendimentos.

Vulnerabilidade social e exclusão

A vulnerabilidade social descreve a exposição de indivíduos e famílias a riscos que comprometem sua capacidade de sustentar condições mínimas de vida, mesmo quando não se encontram, em determinado momento, abaixo da linha de pobreza. Fatores como instabilidade no emprego, ausência de proteção previdenciária, moradia em áreas de risco geológico ou hidrológico e fragilidade de vínculos familiares e comunitários ampliam essa condição. A exclusão social, por sua vez, refere-se ao afastamento progressivo de grupos inteiros do acesso a direitos, serviços e espaços de participação política, configurando um processo cumulativo que tende a se reproduzir entre gerações quando não é interrompido por políticas públicas consistentes.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as diferenças entre as principais abordagens conceituais de pobreza, apresentando o critério central de cada uma e sua aplicação prática mais comum nas políticas de proteção social.



AMOSTRA

Abordagem	Critério central	Aplicação típica
Pobreza absoluta	Linha fixa de renda ou consumo mínimo	Definição de benefícios de transferência de renda
Pobreza relativa	Comparação com a distribuição de renda da sociedade	Estudos de desigualdade e coesão social
Pobreza multidimensional	Privações simultâneas em múltiplas dimensões de bem-estar	Formulação de políticas intersetoriais

A leitura comparativa da tabela evidencia que nenhuma das três abordagens, isoladamente, oferece um retrato completo da realidade social. A pobreza absoluta permite identificar com objetividade quem está abaixo de um patamar mínimo de sobrevivência, mas pode subestimar situações de privação relativa em contextos de alta desigualdade. A pobreza relativa, por sua vez, é sensível às variações da distribuição de renda de cada território, podendo classificar como pobre alguém que, em outro contexto, não seria considerado em situação de carência extrema. Já a abordagem multidimensional, ao incorporar indicadores de saúde, educação e infraestrutura, aproxima-se mais da experiência concreta de privação vivida pelas famílias, sendo por isso cada vez mais utilizada no desenho de políticas públicas voltadas à proteção social e ao desenvolvimento territorial.

FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

► O conceito de segurança alimentar e nutricional

A segurança alimentar e nutricional define-se como a condição em que todas as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural. Esse conceito, consolidado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da legislação orgânica de segurança alimentar, articula três dimensões indissociáveis: a disponibilidade de alimentos, relacionada à produção e ao abastecimento; o acesso, vinculado à renda e às condições econômicas das famílias; e a utilização biológica dos alimentos, associada às condições de saúde, saneamento e cuidado que permitem o aproveitamento adequado dos nutrientes ingeridos.

Níveis de insegurança alimentar

A mensuração da insegurança alimentar no Brasil é realizada por meio de uma escala que classifica os domicílios em diferentes graus de privação. A insegurança alimentar leve caracteriza-se pela preocupação com a possibilidade de falta de alimentos no futuro próximo ou por alguma restrição na qualidade da dieta, sem redução efetiva da quantidade consumida. A insegurança alimentar moderada já envolve redução quantitativa de alimentos entre os adultos do domicílio. A insegurança alimentar grave representa o estágio mais crítico, em que a fome propriamente dita se manifesta, atingindo inclusive crianças e adolescentes do núcleo familiar, com privação efetiva de alimentos por falta de recursos.

► Políticas públicas de combate à fome

O enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil estrutura-se por meio de um conjunto articulado de políticas públicas que combinam transferência de renda, apoio à produção agrícola familiar e fortalecimento de equipamentos públicos de alimentação. Programas de aquisição de alimentos junto à agricultura familiar, com destinação a redes socioassistenciais e à alimentação escolar, cumprem dupla função: garantem mercado institucional estável para pequenos produtores e asseguram o fornecimento de alimentos saudáveis a populações em situação de vulnerabilidade. A alimentação escolar, por sua vez, constitui um dos pilares mais consolidados dessa política, ao assegurar que crianças e adolescentes matriculados na rede pública tenham acesso diário a refeições balanceadas, contribuindo tanto para a segurança alimentar imediata quanto para a formação de hábitos alimentares saudáveis ao longo da vida.

Participação social e controle institucional

A política de segurança alimentar e nutricional brasileira caracteriza-se pela existência de espaços formais de participação social, nos quais representantes da sociedade civil e do poder público discutem, monitoram e propõem ajustes nas ações de combate à fome. Esses conselhos atuam em âmbito nacional, estadual e municipal, permitindo que particularidades regionais sejam incorporadas ao desenho das políticas. Em contextos municipais, a articulação entre assistência social, saúde e educação é especialmente relevante, pois a insegurança alimentar raramente se apresenta isolada de outras formas de vulnerabilidade, exigindo respostas intersetoriais que conectem diferentes políticas públicas em torno da mesma família.

Antes de avançar, cabe situar comparativamente os quatro níveis que compõem a escala de insegurança alimentar utilizada no país, destacando o critério que diferencia cada estágio e sua principal consequência para o núcleo familiar atingido.



CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO E SIGILO DAS INFORMAÇÕES ESCOLARES

A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer¹.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados “códigos de ética” relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)².

Os “códigos de ética” se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os “códigos de ética” são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os “códigos de ética” são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

No que se refere aos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/94³, instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992¹, é dividida em três seções:

“I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito”;

II - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”; e

III - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública”.

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o ressarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos².

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021³, sendo alvo de intensos debates e controvérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

Da lei original, apenas os artigos 15 e 19 não foram objeto de modificação. Todos os demais foram alterados ou revogados.

A principal alteração trazida pela novel legislação é a extinção da modalidade culposa de improbidade. Com efeito, só poderão ser punidos por improbidade administrativa aqueles que tiverem “a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos 9º, 10 e 11, não bastando a voluntariedade do agente”. (Art. 1º, § 2º).

Destaque também para a atribuição de competência exclusiva do Ministério Público para propor ações, com exigência de que a inicial da ação de improbidade já contenha as provas ou indícios da prática do ato de improbidade, sob pena de litigância de má-fé (Art. 17, caput e § 6º, I e II).

Outro ponto relevante diz respeito à dosimetria das penas: a Lei nº 14.230/2021 acaba com a pena mínima de suspensão dos direitos políticos (de 8 anos), e aumenta a pena máxima, que passa a ser de 14 anos; estabelece ainda pena maior para o enriquecimento ilícito (Art. 12, I, II).

1 CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. *ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército, 2018.*

2 BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. *Noções de ética no serviço público. Editora Jus Podivm, 2014.*

3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm.

1 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm.

2 Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ª edição).

3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1.



AMOSTRA

Como principais alvos de críticas, pode-se registrar a introdução da prescrição intercorrente (Art. 23, § 8º), a conversão da lista dos atos de improbidade de exemplificativa em taxativa no texto da lei (Art. 11, caput) e finalmente, a limitação de prazos para ressarcimento aos cofres públicos, restrição ausente no projeto original, que previa a imprescritibilidade de ressarcimento do dano ao patrimônio público.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADOS À GESTÃO ESCOLAR**FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA INCIDÊNCIA SOBRE A GESTÃO ESCOLAR****► A base constitucional dos princípios administrativos**

A atuação de qualquer unidade escolar integrada à rede pública de ensino está submetida ao regime jurídico-administrativo que disciplina toda a atividade estatal, cujo núcleo encontra-se consagrado no caput do artigo 37 da Constituição Federal. Esse dispositivo estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos entes federativos obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, formando o conjunto frequentemente identificado pela sigla LIMPE. A escola pública, como órgão ou unidade executora vinculada a uma secretaria de educação, não constitui exceção a esse regime: o diretor escolar exerce função administrativa e, portanto, está adstrito aos mesmos vetores normativos que orientam qualquer outro agente público, ainda que a natureza pedagógica de sua atividade-fim introduza particularidades relevantes na forma de aplicação desses princípios ao cotidiano escolar.

Legalidade administrativa na escola pública

O princípio da legalidade impõe que o gestor escolar somente pratique atos para os quais exista autorização normativa prévia, em sentido diametralmente oposto à autonomia da vontade que rege as relações privadas. Enquanto um particular pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, o diretor de escola só pode fazer aquilo que a lei, o regimento escolar ou a norma regulamentar superior expressamente autorizam ou determinam. Essa distinção tem consequências práticas diretas: a admissão de alunos, a aplicação de medidas disciplinares, a celebração de parcerias com entidades externas e a gestão de recursos financeiros descentralizados devem sempre encontrar fundamento em norma de competência que legitime a conduta do gestor, sob pena de nulidade do ato e de eventual responsabilização pessoal.

Impessoalidade e o tratamento isonômico de estudantes e famílias

A impessoalidade desdobra-se em duas dimensões complementares aplicadas ao ambiente escolar. A primeira determina que os atos do gestor sejam imputados à instituição escolar e não à pessoa física que ocupa o cargo de direção, de modo que a mudança de titular não interrompe a continuidade dos atos regularmente praticados. A segunda dimensão exige tratamento isonômico e despersonalizado de estudantes, famílias e servidores, vedando-se favorecimentos ou perseguições fundadas em critérios subjetivos. Decisões sobre matrícula, distribuição de turmas, concessão de benefícios assistenciais internos ou aplicação de normas disciplinares devem seguir critérios objetivos e previamente publicizados, nunca preferências pessoais do gestor.

► Princípios implícitos e correlatos ao regime escolar

Além dos cinco princípios expressos, a doutrina do direito administrativo reconhece princípios implícitos que decorrem logicamente do sistema constitucional e que também incidem sobre a gestão de unidades escolares públicas, ainda que não estejam redigidos literalmente no texto constitucional.

Supremacia e indisponibilidade do interesse público

O princípio da supremacia do interesse público determina que, nas relações entre a escola e os particulares com os quais interage, prevaleça o interesse coletivo sobre o interesse individual, autorizando a Administração a adotar medidas unilaterais quando necessário para resguardar a continuidade do serviço educacional. Seu complemento lógico é a indisponibilidade do interesse público, segundo o qual o gestor escolar não é titular do interesse que administra, mas mero agente incumbido de geri-lo em nome da coletividade, razão pela qual não pode dispor livremente de verbas, bens ou vagas escolares como se fossem de sua propriedade.

Autotutela e hierarquia na rede de ensino

A autotutela confere à Administração o poder-dever de rever seus próprios atos, anulando aqueles eivados de ilegalidade e revogando aqueles que se tornaram inconvenientes ou inoportunos, independentemente de provocação do Poder Judiciário. No contexto escolar, isso significa que o próprio diretor, ou a secretaria de educação à qual a escola está subordinada, pode corrigir de ofício uma decisão administrativa equivocada, como uma matrícula deferida em desacordo com as normas vigentes. Essa possibilidade





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

